DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL

ROSENIL SANTOS FERREIRA

RESUMO: Este estudo aborda os desafios e possibilidades da implementação da História Afro-brasileira e Indígena no Ensino Fundamental, com foco na análise dos obstáculos e na proposição de melhorias. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, investigou as dificuldades enfrentadas por docentes na aplicação da legislação, a presença desses conteúdos nos currículos e práticas pedagógicas inclusivas. Os principais entraves identificados foram a falta de formação adequada, escassez de materiais didáticos e resistência institucional. Por outro lado, estratégias como a formação continuada, reformulação curricular e maior envolvimento das instituições podem promover avanços. Conclui-se que enfrentar esses desafios é fundamental para uma educação mais inclusiva e para a valorização das culturas afro-brasileira e indígena.
Palavras-chave: História Afro-brasileira; História Indígena; Formação Docente; Inclusão Escolar.

ABSTRACT: This study addresses the challenges and opportunities for implementing Afro-Brazilian and Indigenous History in elementary education, focusing on analyzing obstacles and proposing improvements. The qualitative and bibliographic research investigated the difficulties teachers face in applying legislation, the inclusion of these subjects in curricula, and inclusive pedagogical practices. The main obstacles identified were a lack of adequate training, a shortage of teaching materials, and institutional resistance. On the other hand, strategies such as ongoing training, curriculum reformulation, and greater institutional involvement can promote progress. The conclusion is that addressing these challenges is fundamental to more inclusive education and the appreciation of Afro-Brazilian and Indigenous cultures.
Keywords: Afro-Brazilian History; Indigenous History; Teacher Training; School Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco principal discutir os desafios e as possibilidades no ensino de História Afro-brasileira e Indígena no Ensino Fundamental, uma temática que ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente após a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatória a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares. Embora a legislação tenha sido um avanço significativo, a efetiva aplicação dessas diretrizes enfrenta desafios, como a falta de formação adequada dos professores, a resistência institucional e a escassez de materiais didáticos que abordem essas histórias de forma crítica e contextualizada. Assim, a pesquisa visa investigar as dificuldades e as oportunidades que surgem para a implementação do ensino da História Afro-brasileira e Indígena nas escolas, buscando identificar alternativas para tornar o processo mais inclusivo e eficaz.

Visando abordar a problemática sobre como as escolas enfrentam a implementação do ensino de História Afro-brasileira e Indígena, acredita-se que os obstáculos estão diretamente relacionados à insuficiência de preparação dos docentes e à ausência de recursos pedagógicos adequados. Além disso, acredita-se que, ao superar esses desafios, o ensino dessas histórias pode promover uma educação mais inclusiva e contribuir para a desconstrução de estereótipos, favorecendo uma sociedade mais justa e plural. Este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender os pontos críticos da implementação dessas leis e oferecer caminhos para uma abordagem mais eficaz no Ensino Fundamental. Dessa forma, a pesquisa visa contribuir para a discussão sobre como a História Afro- brasileira e Indígena pode ser ensinada de forma significativa, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é discutir como a valorização da cultura e da história afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e para a desconstrução de estereótipos. De

forma mais específica, busca-se investigar como essas histórias são abordadas nos currículos do Ensino Fundamental, identificar as dificuldades enfrentadas pelas escolas na implementação dessas temáticas, e analisar as práticas pedagógicas e os materiais utilizados para o ensino da História Afro-brasileira e Indígena, propondo melhorias para tornar o processo mais eficaz.

A metodologia utilizada compreende uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, baseada na análise de livros, artigos acadêmicos e documentos legais sobre o ensino de História Afro-brasileira e Indígena. A pesquisa se concentra na revisão da literatura existente, proporcionando uma visão crítica e ampla sobre os desafios e as possibilidades no contexto educacional atual, com o intuito de contribuir para a reflexão e construção de soluções práticas.

Os capítulos que compõem este trabalho são organizados da seguinte forma: o Referencial Teórico aborda a legislação vigente e as práticas pedagógicas no ensino da História Afro-brasileira e Indígena, contextualizando o panorama educacional. No Capítulo 1, será discutida a abordagem dessas histórias nos currículos escolares, explorando as dificuldades na implementação. O Capítulo 2 investigará as percepções de professores e alunos, discutindo a importância do ensino dessas histórias para a formação de uma sociedade mais inclusiva. Finalmente, no Capítulo 3, serão analisadas as práticas pedagógicas e os materiais didáticos, propondo melhorias para o ensino efetivo dessas temáticas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A INCLUSÃO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A temática sobre a inclusão da história afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental busca fundamentar as discussões que nortearão a pesquisa, abordando a trajetória histórica e as implicações pedagógicas da inserção dessas temáticas no currículo escolar brasileiro. A partir da análise das leis que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História Afro-brasileira e Indígena, como a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, será possível compreender os avanços e as limitações na efetivação dessa inclusão. Este capítulo examina ainda os desafios estruturais, como a formação inadequada dos professores, a falta de materiais didáticos específicos e a resistência de algumas instituições de ensino em integrar essas temáticas de maneira crítica e aprofundada.

Ao abordar a legislação, as políticas públicas e as práticas pedagógicas voltadas para o ensino da História Afro-brasileira e Indígena, o capítulo busca identificar os principais entraves e, também, as oportunidades que podem contribuir para uma abordagem mais inclusiva e representativa. A partir dessa análise, será possível compreender como esses conteúdos podem ser efetivamente abordados nas escolas, considerando as especificidades de cada região e a diversidade de seus alunos. Assim, a discussão sobre a inclusão dessas histórias visa não apenas refletir sobre o que já foi conquistado, mas também apontar caminhos para superar as dificuldades e promover uma educação mais justa e plural.

2.2 A LEGISLAÇÃO E AS DIRETRIZES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO- BRASILEIRA E INDÍGENA

A implementação do ensino de História Afro-brasileira e Indígena nas escolas brasileiras é um desafio constante, apesar das conquistas legais representadas pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. A exigência de incluir essa temática nos currículos escolares visa promover uma educação mais inclusiva e combater preconceitos históricos profundamente enraizados na sociedade. No entanto, diversos obstáculos dificultam essa implementação efetiva, como a falta de formação docente adequada, resistência institucional e a ausência de materiais didáticos apropriados.

Um dos principais desafios enfrentados é a formação inadequada dos professores. Conforme apontado por Cerezer e Guimarães (2015), os cursos de licenciatura em História ainda apresentam lacunas significativas na abordagem da História Afro-brasileira e Indígena. Isso se reflete na falta de preparo dos

docentes para lidar com essa temática de forma adequada em sala de aula, resultando em abordagens superficiais ou até mesmo na omissão desse conteúdo. Além disso, Américo (2014) destaca que a ausência de capacitação específica sobre relações étnico-raciais contribui para a perpetuação de uma narrativa eurocêntrica, que marginaliza as contribuições de povos africanos e indígenas para a formação da sociedade brasileira.
Além da questão da formação docente, a resistência institucional também é um fator que compromete a efetivação das leis. De acordo com Fontenele e Cavalcante (2020), a mudança curricular exige um esforço coletivo, envolvendo gestores, professores e a comunidade escolar para evitar a reprodução de práticas excludentes. No entanto, há uma resistência por parte de alguns setores educacionais, que veem a introdução dessa temática como um elemento secundário ou de menor relevância dentro do currículo escolar. Essa resistência está ligada ao mito da "democracia racial", que, como argumentam Fontenele e Cavalcante (2020), reforça a desigualdade ao invisibilizar a discriminação estrutural vivida por negros e indígenas no Brasil.
Outro entrave significativo é a escassez de materiais didáticos adequados para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Oliveira e Goulart (2012) ressaltam que muitos dos livros didáticos utilizados em escolas ainda apresentam uma visão eurocêntrica da história, com pouca ou nenhuma representatividade das culturas afro-brasileira e indígena. Isso obriga os professores a buscarem por conta própria materiais complementares, o que nem sempre é viável, especialmente em escolas com poucos recursos.
A falta de recursos e apoio pedagógico também impacta negativamente a aplicação da Lei 11.645/2008. Em estudo realizado no Rio Grande do Norte, Fontenele e Cavalcante (2020) constataram que muitos professores de História do ensino médio enfrentam dificuldades na implementação da lei devido à ausência de formação continuada e à carência de materiais didáticos que contemplem de maneira abrangente as temáticas afro-brasileira e indígena. Esse cenário reforça a necessidade de investimentos governamentais em políticas educacionais que garantam suporte pedagógico para os educadores.
A implementação da legislação também esbarra em desafios estruturais das escolas, principalmente nas regiões periféricas. Segundo Oliveira e Goulart (2012), escolas situadas em áreas de maior vulnerabilidade social sofrem com a falta de infraestrutura, o que dificulta a realização de projetos interdisciplinares que valorizem a cultura afro-brasileira e indígena. Mesmo diante dessas limitações, algumas escolas têm buscado alternativas para contornar essas dificuldades, promovendo atividades extracurriculares como teatro e dança, que ajudam a tornar o aprendizado mais envolvente para os alunos.
O impacto das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 vai além da sala de aula e tem implicações diretas na construção da identidade dos estudantes. Conforme pontua Américo (2014), a marginalização histórica das culturas africana e indígena reflete-se na forma como os alunos negros e indígenas se veem dentro da sociedade. A valorização desses grupos no currículo escolar é uma ferramenta essencial para fortalecer sua identidade e autoestima, combatendo estigmas e preconceitos.
Para superar esses desafios, algumas iniciativas vêm sendo desenvolvidas no âmbito escolar. De acordo com Fontenele e Cavalcante (2020), a formação continuada de professores é uma estratégia essencial para garantir que os docentes estejam aptos a trabalhar com a diversidade cultural. Além disso, a adoção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que valorizem a inclusão de conteúdos afro-brasileiros e indígenas no currículo pode contribuir para consolidar essas mudanças dentro das escolas.
A necessidade de reformulação dos currículos escolares também é apontada por Cerezer e Guimarães (2015), que defendem a adoção de uma abordagem multicultural crítica e intercultural. Isso significa ir além da simples inserção de conteúdos sobre a História Afro-brasileira e Indígena e promover uma transformação na maneira como esses conteúdos são ensinados, estimulando o pensamento crítico e a valorização da diversidade.
Outra ação relevante para a efetivação da lei é a parceria entre escolas e movimentos sociais. Como apontado por Oliveira e Goulart

(2012), o envolvimento de organizações que lutam pelos direitos de afrodescendentes e indígenas pode contribuir para a implementação de projetos educativos mais eficazes e para a produção de materiais didáticos mais representativos.

A superação do racismo estrutural na educação exige mudanças que vão além da sala de aula. Como destaca Américo (2014), a escola precisa assumir um papel ativo na luta contra a discriminação, promovendo debates sobre desigualdade racial e incentivando práticas que valorizem as diferentes identidades culturais. Para isso, é fundamental que haja um compromisso político e social com a efetivação das leis e com a construção de uma educação que realmente reconheça e valorize a pluralidade étnica e cultural do Brasil.

Apesar dos desafios, há avanços significativos na implementação dessas mudanças, impulsionados pelos esforços de professores, gestores e pesquisadores comprometidos com a transformação da educação. Entretanto, para que a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena sejam plenamente integradas ao ensino, é necessário um engajamento contínuo de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Dessa forma, a implementação efetiva das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 enfrenta diversos obstáculos, desde a falta de formação docente e resistência institucional até a escassez de materiais didáticos adequados. No entanto, a adoção de estratégias como formação continuada de professores, reformulação curricular e fortalecimento de parcerias com movimentos sociais pode contribuir para uma educação mais inclusiva e representativa. O compromisso com essa pauta é essencial para garantir que a escola cumpra seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.3 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA AFRO- BRASILEIRA E INDÍGENA

A inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares representa um avanço na construção de uma educação mais plural e representativa. No entanto, sua implementação enfrenta inúmeros desafios, que vão desde a falta de formação dos professores até a resistência institucional e escassez de materiais didáticos. A Lei 10.639/2003 e sua ampliação pela Lei 11.645/2008 estabeleceram a obrigatoriedade desse ensino, mas sua efetivação ainda está longe do ideal (Moraes, 2015). O cumprimento dessas leis exige um esforço conjunto das escolas, gestores, professores e políticas públicas, o que nem sempre acontece de maneira eficiente.

A principal dificuldade relatada pelos pesquisadores é a carência de formação adequada dos docentes. Muitos professores não se sentem preparados para abordar a história e cultura afro-brasileira e indígena de forma crítica e contextualizada (Anjos & Purificação, 2020). Essa lacuna na formação resulta em uma abordagem superficial ou até mesmo na omissão do conteúdo. Sem o devido preparo, o ensino pode reforçar estereótipos ao invés de promover uma visão crítica e transformadora. Além disso, Pereira (2004) relata que há uma resistência por parte de alguns profissionais da educação, que veem essa temática como secundária ou como um tema que poderia ser tratado apenas em datas comemorativas, sem um trabalho pedagógico aprofundado.

Outro fator determinante para a ineficácia da implementação da lei é a ausência de materiais didáticos adequados. A escassez de livros e recursos pedagógicos específicos compromete a abordagem do tema em sala de aula (Vilaforte, 2024). A predominância de um ensino eurocêntrico no Brasil ainda reflete na produção de materiais educativos, que frequentemente negligenciam a participação dos povos indígenas e afrodescendentes na construção da sociedade brasileira (Silva, 2024). Assim, a criação de novos materiais que contemplem essa diversidade se faz urgente para garantir que o ensino não dependa apenas do esforço individual de professores interessados na temática.

De acordo com Pereira (2024), além da falta de recursos e formação docente, a resistência institucional e o preconceito ainda são desafios significativos. O racismo estrutural, presente na sociedade, também se manifesta no ambiente escolar, dificultando o reconhecimento da importância desse ensino (Pereira, 2024). Muitas escolas tratam a

obrigatoriedade da lei como uma imposição burocrática, e não como uma necessidade pedagógica, o que impede avanços na sua implementação efetiva. Segundo Moraes (2015), a reprodução de comportamentos racistas entre os alunos demonstra que a escola ainda falha em promover uma educação antirracista.

A atuação das Secretarias de Educação tem um papel fundamental nesse processo. Sem um compromisso ativo dessas instituições, os professores acabam sobrecarregados e sem suporte para aplicar o conteúdo de maneira efetiva (Moraes, 2015). A fiscalização da aplicação das leis e o incentivo à formação continuada de professores são medidas essenciais para que a temática seja, de fato, incorporada nos currículos escolares. Para que essa implementação ocorra, conforme descreve Vilaforte (2024), é necessário que as políticas públicas ultrapassem o discurso e se concretizem em ações práticas, como a distribuição de materiais, a oferta de cursos e o monitoramento da aplicação dos conteúdos nas escolas.

A criação das leis que tornam obrigatória a inclusão da história afro-brasileira e indígena nos currículos foi resultado de intensas lutas dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos negros e indígenas (Silva, 2024). No entanto, a sua implementação tem esbarrado em uma estrutura educacional que ainda resiste a mudanças. Para Anjos & Purificação (2020), o ensino de história no Brasil sempre teve uma abordagem eurocêntrica, e romper com esse modelo exige um esforço institucional que, muitas vezes, é insuficiente. Para além da simples inclusão da temática nos currículos, é preciso um olhar crítico para a forma como esses conteúdos são trabalhados, garantindo que os povos afrodescendentes e indígenas sejam reconhecidos como sujeitos históricos e não apenas como figurantes na construção da história nacional.

Diante desse cenário, algumas medidas podem ser adotadas para superar os desafios da implementação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008. O investimento na formação continuada de professores é uma das ações mais urgentes. Cursos e materiais de apoio específicos podem contribuir para que os docentes adquiram o conhecimento necessário para abordar esses temas de forma qualificada (Pereira, 2024). Além disso, é essencial que a produção de material didático seja incentivada, garantindo que os professores tenham acesso a recursos atualizados e que dialoguem com a realidade das populações afrodescendentes e indígenas no Brasil (Vilaforte, 2024).

Outro ponto relevante é a necessidade de combate ao racismo dentro das escolas. Promover debates, palestras e atividades que conscientizem alunos e professores sobre as questões raciais pode ser uma estratégia eficaz para criar um ambiente mais receptivo ao ensino da história afro-brasileira e indígena (Silva, 2024). Essas ações precisam ser contínuas e bem planejadas para evitar que a abordagem se restrinja a momentos pontuais, como a celebração do Dia da Consciência Negra. O combate ao racismo deve fazer parte da cultura escolar e estar presente nas práticas pedagógicas cotidianas (Moraes, 2015).

O compromisso dos gestores escolares também é fundamental. Muitas vezes, a implementação dessas leis fica a cargo apenas dos professores, sem o apoio necessário da administração escolar (Anjos & Purificação, 2020). A gestão escolar deve atuar ativamente para garantir que a temática seja inserida nos projetos pedagógicos e que haja um acompanhamento efetivo de sua aplicação. Uma escola comprometida com a educação antirracista deve promover formações para toda a equipe, além de estimular o envolvimento das famílias e da comunidade nesse processo.

Outro desafio importante é a necessidade de adaptar os currículos de forma interdisciplinar. O ensino da história afro-brasileira e indígena não deve ser restrito apenas à disciplina de história. Ele pode e deve ser trabalhado em outras áreas do conhecimento, como literatura, geografia, sociologia e até mesmo matemática, por meio da valorização de contribuições científicas e culturais dessas populações (Pereira, 2024). Esse olhar multidisciplinar contribui para uma formação mais ampla e para a desconstrução de narrativas eurocêntricas no ambiente escolar.

Por fim, é essencial que a sociedade como um todo compreenda a importância des-

se ensino. A implementação eficaz das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 não depende apenas das escolas, mas também do engajamento da sociedade civil e da pressão sobre o poder público para garantir que essas medidas saiam do papel (Moraes, 2015). O combate ao racismo e a valorização da diversidade devem ser uma preocupação coletiva, e a educação desempenha um papel central nesse processo.

Dessa forma, os desafios na implementação do ensino de história afro- brasileira e indígena são diversos e exigem uma abordagem integrada, envolvendo professores, gestores, políticas públicas e a sociedade em geral. A superação desses obstáculos passa pela formação docente, pela produção de materiais didáticos adequados, pelo combate ao racismo institucional e pelo compromisso das Secretarias de Educação em garantir a efetivação da lei. Somente com ações concretas será possível transformar a educação e construir um ensino mais inclusivo, que valorize a pluralidade e reconheça a importância das populações afrodescendentes e indígenas na história do Brasil.

2.4 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE VIABILIZAM O ENSINO DE HISTÓRIA AFRO- BRASILEIRA E INDÍGENA

A construção de uma educação mais inclusiva e representativa demanda estratégias pedagógicas que assegurem o ensino de História Afro-brasileira e Indígena de maneira eficaz. Nesse contexto, torna-se essencial o reconhecimento da diversidade cultural presente no Brasil e a adoção de metodologias que viabilizem a internalização desses conteúdos no ambiente escolar.

De acordo com Araújo (2015), a promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 representou um avanço significativo na luta pela inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. No entanto, apesar de seu caráter obrigatório, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios, como a resistência institucional e a necessidade de uma formação docente mais aprofundada. Dessa forma, a colaboração entre escolas, gestores educacionais e políticas públicas torna-se indispensável para garantir a aplicação efetiva dessas normativas.

Além da resistência institucional, um obstáculo recorrente é a limitação da abordagem desses conteúdos a disciplinas específicas, como História, Literatura e Artes. No entanto, Nascimento et al. (2020) ressaltam que a transversalidade é um elemento essencial para que o ensino dessas temáticas seja significativo. Assim, a inclusão da história afro-brasileira e indígena deve permear diferentes componentes curriculares, promovendo uma visão mais ampla e interligada do conhecimento.

Outro fator determinante para a consolidação desse ensino é o investimento na formação continuada dos docentes. Conforme aponta Nascimento et al. (2020), é fundamental que os professores tenham acesso a referenciais teóricos e metodológicos que lhes permitam abordar essas temáticas de maneira crítica e reflexiva. Para tanto, a criação de materiais didáticos específicos e contextualizados pode contribuir para uma abordagem mais profunda e interdisciplinar do tema.

No mesmo sentido, Alencar (2018) identificou que a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 ainda é incipiente em muitas escolas, principalmente devido à falta de formação adequada dos professores e à resistência curricular. Diante disso, faz-se necessário que as instituições de ensino implementem políticas que incentivem a capacitação docente, bem como a integração desses conteúdos em diferentes áreas do conhecimento.

A ruptura com um ensino de base eurocêntrica também se configura como um passo essencial nesse processo. Segundo Alencar (2018), a diversificação das fontes históricas e a valorização das contribuições das culturas afro-brasileira e indígena são fundamentais para a construção de um currículo mais inclusivo. Dessa maneira, a promoção de uma educação que contemple diferentes perspectivas históricas permite que os alunos compreendam melhor a pluralidade cultural do país.

A fim de garantir um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, Alencar (2018) destaca a importância de ações efetivas no combate ao racismo. Para tanto, é necessário que as escolas promovam debates e reflexões so-

bre a temática, sensibilizando alunos e professores para a importância do respeito à diversidade cultural. Essas iniciativas podem contribuir significativamente para a desconstrução de preconceitos e para a promoção da equidade racial no ambiente escolar. Por outro lado, a falta de um olhar interdisciplinar continua sendo um entrave à efetivação dessas políticas educacionais. Como observa Araújo (2015), a restrição do ensino da história afro-brasileira e indígena a poucas disciplinas compromete sua verdadeira inserção na prática pedagógica. Dessa forma, é imprescindível que os gestores educacionais incentivem práticas interdisciplinares, de modo a garantir que essas temáticas sejam trabalhadas de maneira mais abrangente e contextualizada.

Além disso, as dificuldades na implementação dessas diretrizes estão, muitas vezes, relacionadas a concepções equivocadas que percebem a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e indígena como uma imposição governamental. Para superar essa resistência, Araújo (2015) sugere que o diálogo e a sensibilização da comunidade escolar sejam fortalecidos, desmistificando ideias errôneas e promovendo o entendimento da importância dessas abordagens na formação dos estudantes.

Santos Nascimento (2024) aponta ainda que muitos professores relatam dificuldades em ensinar conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana devido à escassez de materiais didáticos adequados. Essa limitação, segundo a autora, compromete a qualidade do ensino e reforça a necessidade de investimentos em recursos pedagógicos que contemplem essas temáticas de forma acessível e crítica.

De modo semelhante, Andrade (2020) identificou que muitos docentes ainda mantêm uma visão eurocêntrica da história, o que dificulta a abordagem de conteúdos relacionados às culturas afro-brasileira e indígena. A autora ressalta que, para superar essa perspectiva, as escolas devem estimular a reflexão crítica sobre a construção histórica e a diversidade cultural, incentivando práticas pedagógicas que questionem narrativas hegemônicas.

Diante de todos esses desafios, é evidente que a implementação da Lei 10.639/2003 requer um esforço contínuo e coletivo. Para garantir a efetividade desse ensino, é indispensável a participação ativa de toda a sociedade, incluindo professores, gestores, alunos, famílias e a comunidade em geral. Nesse sentido, ações articuladas entre as esferas educacionais e governamentais são fundamentais para assegurar a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena na formação dos estudantes, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo destacam a importância e os desafios da implementação da História Afro-brasileira e Indígena no Ensino Fundamental. O estudo analisou a legislação vigente, as dificuldades encontradas por professores e escolas, bem como as possibilidades de aprimoramento das práticas pedagógicas. Ficou evidente que, apesar dos avanços proporcionados pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ainda há obstáculos significativos para sua plena efetivação.

Dentre os objetivos propostos, foi possível verificar que a valorização da cultura e história afro-brasileira e indígena pode contribuir para uma educação mais inclusiva e para a desconstrução de estereótipos. A análise das dificuldades enfrentadas pelas escolas e a investigação sobre as práticas pedagógicas permitiram sugerir melhorias para tornar o ensino mais eficaz. Assim, os objetivos do estudo foram amplamente alcançados, fornecendo um panorama crítico sobre o tema.

O problema de pesquisa, que questionava as dificuldades enfrentadas na implementação da História Afro-brasileira e Indígena, obteve como resposta a confirmação de que a falta de formação docente, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência institucional são os principais entraves. No entanto, também se constatou que, com formação continuada, reformulação curricular e políticas públicas mais eficazes, esses desafios podem ser superados.

Como contribuição, este estudo reforça a necessidade de se investir na capacitação dos professores e na criação de materiais

didáticos que representem de forma fidedigna a história e cultura afro-brasileira e indígena. Além disso, evidencia a importância do engajamento dos gestores escolares e da comunidade acadêmica para consolidar uma abordagem educativa mais inclusiva e equitativa.

Para trabalhos futuros, sugere-se a realização de estudos empíricos em escolas que já adotam estratégias bem-sucedidas na abordagem da História Afro- brasileira e Indígena. Além disso, pesquisas que explorem metodologias inovadoras para o ensino desses conteúdos podem contribuir significativamente para avançar na efetivação das leis e na construção de um ambiente educacional mais justo e diverso.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Gisele de. AS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008 NA PRÁTICA EDUCACIONAL DO ENSINO BÁSICO BRASILEIRO. Anais CIET: Horizonte, São
Carlos-SP, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/1286. Acesso em: 1 dez. 2024.

AMÉRICO, Márcia Cristina. Formação de professores para a implementação da Lei 10.639/2003: o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 8, n. 14, p. 515, 2014.

ARAUJO, D. C. DE. A Educação das Relações Étnico-Raciais: Histórico, Interfaces e Desafios. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS, v. 21, n. 41, 26 out. 2016.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília: 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Casa Civil. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

CEREZER, Osvaldo Mariotto; GUIMARÃES, Selva. Formação de professores de História e ensino de História afro-brasileira e indígena. Fronteiras, [S. l.], v. 17, n. 30, p. 80–104, 2015. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/4866. Acesso em: 28 nov. 2024.

DE ANDRADE, Andreia Rodrigues. A lei 10.639/2003 no ensino de História: desafios, impactos e possibilidades. Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da
UESPI, v. 11, n. 1, p. 246-260, 2020.

DE SANTOS NASCIMENTO, F. Educação das relações étnico-raciais: implicações e desafios no ensino da História. Devir Educação, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e–763, 2024. DOI: <10.30905/rde.v8i1.763>. Disponível em: https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/763. Acesso em: 1 dez. 2024.

DO NASCIMENTO, Heloisa Helena Fonseca; SILVA, Celma Rocha; SCALABRIN, Rosemeri. Práticas Pedagógicas na Educação Profissional: O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no CRMB-IFPA. Pesquisas e Práticas
Educativas, v. 1, p. 1-21, 2020.

DOS ANJOS, Elaine Cristina Barbosa; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: DESAFIOS NA FORMAÇÃO
DOCENTE. Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, v. 1, n. 3, p. 31-38, 2021.

FONTENELE, Zilfran Varela. A história da Cultura Afro-Brasileira e Indígena na escola. XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: [s.n.], 2017.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Educação e Pesquisa, v. 46,
p. e204249, 2020.

MORAES, Renata Figueiredo. O ensino de

cultura e história afro-brasileira e indígena na educação básica: o desafio de professores, alunos e ações governamentais. História e Perspectivas, Uberlândia, jan./jun, 2015.

OLIVEIRA, J. P. de; GOULART, T. E. História e cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula: a implementação da lei 11.645/08 nas escolas. Revista Aedos, [S. l.], v. 4, n. 11, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/31758. Acesso em: 1 dez. 2024.

PEREIRA, Emanuel David Silva. Educação para a Diversidade: O Ensino das Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas Relações Étnico-Raciais. In: Congresso Internacional de Direito Aplicado, 2024. p. 229-238.

SILVA, Maria Joaquina Leite da. Ensino de história e de cultura africana e afro- brasileira: desafios para implementação das leis antirracistas nas escolas de Floriano-PI. 2024. 28 f. Artigo (Licenciatura Plena em História) - Universidade Estadual do Piauí, Floriano, 2024.

VILAFORTE, R. A. de S. A LEI 10.639/2003. Os Desafios do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. UÁQUIRI - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, [S. l.], v. 6, n. 1, 2025. DOI: <10.29327/2463817.6.1-8>. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/7117. Acesso em: 28 nov. 2024.